



Enel Cien S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2022
Com relatório dos auditores independentes

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	10
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações do resultado	15
Demonstrações do resultado abrangente	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias	19
Declaração dos diretores	49
Termo de responsabilidade	50

Relatório da Administração - 2022

Enel Cien S.A.

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – REGULATÓRIO 2022

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Cien S.A. submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1 PERFIL

A Enel Cien tem sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e unidade operacional na cidade de Garruchos (RS). A Companhia realiza atividades de conversão e transmissão de energia elétrica, através da operação de rede de transmissão entre a Argentina e o Brasil.

A Enel Brasil tem 100% de participação na companhia, que é uma sociedade anônima de capital fechado.

Seus principais ativos são as Interconexões Energéticas Garabi I e II, que ocupam uma área de 600 mil m² em Garruchos e possui linhas de transmissão com cerca de mil quilômetros de extensão.

Os sistemas possuem capacidade total de conversão e transmissão de 2.200 MW e estão aptos a transferir energia do Brasil para a Argentina e vice-versa.

Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida – RAP, pela ANEEL, que sofre reajuste anual e a cada quatro anos a Companhia fica submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da referida RAP.

A equiparação comercial e técnica da Companhia à transmissora de energia das linhas Garabi I e Garabi II tinham prazos definidos, sendo de 09 anos para Garabi I, cujo término da vigência foi em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, cujo término da vigência foi em 31 de julho de 2022.

O Ministério de Minas e Energia designou a Enel CIEN para operar as conversoras Garabi I e Garabi II e seus sistemas de transmissão associados até a realização de licitação para assunção de um novo operador (respectivamente, através das portarias nos 245 de 16 de junho de 2020 e 671 de 25 de julho de 2022). As condições de designação seguem o modelo de RAP acima descrito, com revisão de RAP a cada cinco anos.

Em 16 de dezembro de 2022, a ANEEL realizou o Leilão de Transmissão nº 02 de 2022, que incluiu os ativos de Garabi I e Garabi II. A Companhia não participou da licitação, em razão de alinhamento com sua estratégia, optando por receber o valor da indenização pelos ativos da concessão. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumirá a concessão a partir de 31 de março de 2023, até essa data a Companhia opera por designação.

O edital do certame, dentre outras disposições, estabelece a obrigação de que a nova transmissora pague à Enel Cien uma indenização pelos ativos ainda não amortizados, de R\$ 885,9 milhões (data-base 30 de agosto de 2022). Os valores deverão ser atualizados até a data de pagamento e a assinatura do contrato de concessão está prevista para 30 de março de 2023.

A partir da assinatura do contrato de concessão, a nova transmissora assumirá a responsabilidade pelo serviço de transmissão de energia elétrica associado às instalações de Garabi I e Garabi II, e poderá contratar a Enel Cien para auxiliar a operação durante um período de transição de até doze meses. Nesse caso, o novo operador deverá pagar à Enel Cien o valor de R\$ 6,2 milhões mensais (valores deverão ser atualizados até a data de pagamento).

* Valores não auditados pelos auditores independentes

2 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2022	2021	Variação	Var. %
Capacidade Transmissão (MW)	2.200	2.200	-	0,0%
Energia Transmitida (GWh)	4.899	3.848	1.051	27,3%
Investimento Total (R\$ mil)	21.865	11.598	10.267	88,5%

Número de Colaboradores

	2022	2021	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	37	26	11	42,3%
Número de colaboradores parceiros	95	114	(19)	-16,7%
Total	132	140	(8)	-5,7%

Indicadores Patrimoniais

Consolidado

	2022	2021	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ mil)	1.067.445	1.001.598	65.847	6,6%
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	846.976	762.513	84.463	11,1%
Valor patrimonial por ação (R\$)	2,97	2,68	0,30	11,1%

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

A disponibilidade de energia de 2022 foi de 99,75% (99,66% em 2021). O intercâmbio de energia no ano de 2022 foi de 4.899 GWh, 27,3% superior ao ano de 2021 (3.848 GWh). Do montante realizado em 2022, 99% foi relacionado à importação de energia e 01% à exportação de energia

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado Consolidado

Valores em R\$ mil

	2022	2021	Variação	Var. %
Operações em Continuidade				
Despesas operacionais	(10.882)	(9.884)	(998)	10,1%
Resultado operacional bruto	(10.882)	(9.884)	(998)	10,1%
Resultado de equivalência patrimonial	(4.934)	(4.220)	(714)	16,9%
Resultado Financeiro	10.845	4.644	6.201	>100,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(84.557)	(66.960)	(17.597)	26,3%
Lucro Líquido/Prejuízo proveniente de operações em continuidade	(89.528)	(76.420)	(13.108)	17,2%
Operações Descontinuadas				
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	248.610	208.528	40.082	19,2%
Lucro Líquido/Prejuízo	159.082	132.108	26.974	20,4%

O modelo de negócios da Companhia está sendo revisto, tendo em vista a não renovação da concessão conforme explicado acima. No entanto, a Companhia continuará ativa, dentro do contexto de negócios do Grupo Enel.

O edital do leilão 002/2022 realizado pela Aneel prevê que a Enel Cien poderá ser contratada durante o período de transição, com duração de até 12 meses, a fim de dar continuidade a prestação de serviço. O período de transição tem por objetivo que o novo operador da concessão realize todos os trâmites necessários de transferências dos ativos.

Operação descontinuada

De acordo com os termos constantes no edital a responsabilidade pelos ativos e serviço prestado é devida pelo vencedor do leilão, a partir da assinatura do contrato de concessão, dessa forma, todas as obrigações e encargos pela prestação do serviço público de transmissão passarão a ser exigidas após assinatura do contrato.

Considerando que a data prevista para a assinatura do contrato é 30 de março de 2023, a Companhia irá reconhecer o correspondente efeito da baixa dos ativos vinculados à concessão das linhas de transmissão, após essa data.

5 INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2022 somaram R\$ 21,9 milhões, contra R\$ 11,6 milhões em 2021. Foram investidos R\$ 9,8 milhões em manutenção e aquisição de equipamentos técnico, R\$11,1 milhões em Regulamentos (Segurança e meio ambiente) e R\$ 1,0 milhões em sistemas.

6 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Cien atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável

Projetos socioambientais

Por meio dos projetos de Sustentabilidade junto às comunidades com as quais a Enel Cien se relaciona, a empresa beneficiou, em 2022, cerca de 1 mil pessoas. Entre os projetos desenvolvidos no ano, destacam-se as seguintes ações:

Natal Mais Feliz: Por meio dos trabalhos da Sociedade Espírita Fé e Esperança, instituição parceira da empresa em Garruchos, é oferecida assistência e promoção social a crianças, jovens e suas famílias. Em 2022, mais uma vez foram doadas às famílias em situação de vulnerabilidade social uma cesta básica natalina para comemoração das festividades de fim de ano em família. Foram 110 cestas e mais de 500 pessoas beneficiadas diretamente.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Enel Compartilha Atitude Verde - Viveiro Escolar: Projeto de Educação Ambiental realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Rodrigues, no município de Garruchos, cuja parceria com a Enel Cien ocorre desde 2017. Fomentando o processo de manutenção de hortas em sistemas orgânicos, oportunizando o acesso a uma alimentação saudável e melhoria da qualidade de vida para os alunos e para a comunidade com custo baixo e sem utilização de agrotóxicos. Em 2022, o recurso foi direcionado à manutenção do projeto que incluiu a compra de materiais para o manuseio, mudas e sementes, além da realização de workshops de horticulturas com os alunos da escola, beneficiando diretamente 300 alunos.

Enel Compartilha Infraestrutura – Aproveitamento de Águas Pluviais Sistema de irrigação de Horta e Jardim do Lar do Idoso. Projeto realizado na Associação de Amparo ao Idoso Padre Olmiro Hartmann, no município de Garruchos, cuja parceria com a Enel Cien iniciou em 2022. O recurso foi direcionado a instalação de um coletor para um reservatório para aproveitamento a água da chuva e que possa distribuir para a horta e jardim. oportunizando o acesso a uma alimentação saudável e melhoria da qualidade de vida para os 53 residentes e 20 funcionários da associação.

Somados aos projetos específicos da Enel Cien, a empresa também integra importantes iniciativas de Sustentabilidade da holding, com destaque para:

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

Certificações

A Enel Cien conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança, ocupacional a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

7 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

Certificação Top Employer

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem *Open Innovation* no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, conseqüentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

8 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Composição Acionária	2022		2021	
	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	285.044.682	100,00%	285.044.682	100,00%
Total	285.044.682	100,00%	285.044.682	100,00%

9 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda de que os resultados alcançados em 2022 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Rosario Zaccaria	Diretor Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Janaina Savino Vilella Carro	Diretora de Comunicação
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretor de Regulação

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello – CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Enel CIEN S.A.

Rio Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Cien S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Enel Cien S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Cien S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem ressalvas, com data de 1º de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Enel Cien S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.453	30.456
Títulos e valores mobiliários	6	2.702	2.452
Concessionárias e permissionárias	7	34.997	27.196
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	75.356	82.132
Outros tributos compensáveis	8	4.076	3.007
Disponível para venda	1.1	878.934	-
Outros créditos		379	6.834
Total do ativo circulante		1.011.897	152.077
<u>Ativo não circulante</u>			
Depósitos vinculados		11	11
Outros tributos compensáveis	8	25.098	25.098
Investimentos		5.049	9.630
Imobilizado	9	1.041	771.761
Intangível	10	-	43.021
Total do ativo não circulante		31.199	849.521
Total do ativo		1.043.096	1.001.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	11	20.951	18.990
Obrigações por arrendamentos		186	-
Salários, provisões e encargos sociais		2.663	2.656
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	8.147	-
Outras obrigações fiscais	12	4.305	3.468
Encargos setoriais	13	6.661	4.940
Dividendos a pagar	15	12.541	71.757
Outras obrigações		5.158	17.469
Total do passivo circulante		60.612	119.280
<u>Passivo não circulante</u>			
Obrigações por arrendamentos		892	-
Tributos diferidos	17	148.233	118.642
Provisões para processos judiciais e outros riscos	14	875	1.137
Outras obrigações		26	26
Total do passivo não circulante		150.026	119.805
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	15	285.045	285.045
Reserva legal		57.011	57.011
Reservas de lucros		37.166	-
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		2.779	2.424
Ajuste de avaliação patrimonial - reserva de reavaliação		405.362	324.595
Dividendos adicionais propostos		95.569	111.469
Prejuízos acumulados		(50.474)	(18.031)
Total do patrimônio líquido		832.458	762.513
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.043.096	1.001.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

		2022	2021
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
Pessoal e administradores		(5.383)	(4.968)
Serviço de terceiros		(2.237)	(1.387)
Materiais		(32)	(26)
Arrendamento e aluguéis		224	(167)
Depreciação e amortização		(383)	-
Provisão/reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		372	(213)
Outras despesas operacionais		(3.443)	(3.123)
		(10.882)	(9.884)
Resultado operacional bruto		(10.882)	(9.884)
Resultado de equivalência patrimonial		(4.934)	(4.220)
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		12.063	5.855
Despesas financeiras		(1.218)	(1.211)
Total do resultado financeiro		10.845	4.644
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social de operações em continuidade		(4.971)	(9.460)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(89.082)	(63.825)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	12.004	(3.135)
		(77.078)	(66.960)
Prejuízo do exercício proveniente de operações em continuidade		(82.049)	(76.420)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	1.1	226.613	208.528
Lucro do exercício proveniente de operações descontinuadas		226.613	208.528
Lucro líquido do exercício		144.564	132.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	144.564	132.108
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	355	982
	355	982
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	144.919	133.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	Total	
	Capital social	Reserva legal	Reforço de capital de giro	Proposta para distribuição de dividendos adicionais				Reserva de reavaliação
Saldo em 31 de dezembro de 2020	285.045	57.011	-	136.978	324.238	87	1.442	804.801
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	132.108	-	132.108
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	982	982
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	357	-	-	357
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(136.978)	-	-	-	(136.978)
Proposta para destinação do resultado								
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(30.757)	-	(30.757)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(8.000)	-	(8.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	111.469	-	(111.469)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	285.045	57.011	-	111.469	324.595	(18.031)	2.424	762.513
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	144.564	-	144.564
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	355	355
Constituição de reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	80.767	-	-	80.767
Adoção inicial CPC06	-	-	-	-	-	(27)	-	(27)
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(111.469)	-	-	-	(111.469)
Proposta para destinação do resultado								
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(12.541)	-	(12.541)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(31.704)	-	(31.704)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	95.569	-	(95.569)	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	37.166	-	-	(37.166)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	285.045	57.011	37.166	95.569	405.362	(50.474)	2.779	832.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	144.564	132.108
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Atualização das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais	-	138
Encargos financeiros sobre arrendamento	140	-
Valor residual de intangível e imobilizado	163	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.923	5.791
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.004)	(3.135)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	(262)	206
<u>Redução (aumento) dos ativos:</u>		
Outros tributos compensáveis	(1.069)	(1.740)
Outros créditos	4.990	594
<u>Aumento (redução) dos passivos:</u>		
Fornecedores	1.961	3.147
Salários, provisões e encargos sociais	7	574
Outras obrigações fiscais	837	235
Dividendos a pagar	-	(3.902)
Encargos setoriais	1.721	(1.892)
Outras obrigações	(12.328)	(9.725)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	-	(1.238)
Pagamentos de juros de arrendamento	(527)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais em continuidade	143.116	121.161
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais descontinuadas	74.566	52.192
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	217.682	173.353
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Redução (aumento) de capital em controladas	4.936	4.220
Títulos e valores mobiliários	(250)	27.936
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos em continuidade	4.686	32.156
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos descontinuadas	(22.441)	(11.599)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(17.755)	20.557
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Pagamento de dividendos	(214.930)	(175.735)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos em continuidade	(214.930)	(175.735)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos descontinuadas	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(214.930)	(175.735)
Varição no caixa líquido da Companhia	(15.003)	18.175
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	30.456	12.281
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	15.453	30.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Enel Cien S.A. (“Companhia” ou “CIEN”), com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as conversoras de Garabi I e Garabi II localizadas em Garruchos-RS, e suas respectivas Linhas de Transmissão de 525kV, que totalizam 743km de extensão, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida (“RAP”), pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A cada quatro anos a Companhia é submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP.

A equiparação comercial e técnica da Companhia à transmissora de energia das linhas Garabi I e Garabi II tem prazos definidos, sendo de 9 (nove) anos para Garabi I, cujo término da vigência foi em 20 de junho de 2020, e de 11 (onze) anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

O Ministério de Minas e Energia designou a Enel CIEN para operar as conversoras Garabi I e Garabi II e seus sistemas de transmissão associados até a realização de licitação para assunção de um novo operador (respectivamente, através das portarias nos 245 de 16 de junho de 2020 e 671 de 25 de julho de 2022). As condições de designação seguem o modelo de RAP acima descrito, com revisão de RAP a cada cinco anos.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 20 de abril de 2023.

Continuidade operacional

O modelo de negócios da Companhia está sendo revisto, tendo em vista que operou por designação até 31 de março de 2023, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1. No entanto, a Companhia continua ativa, dentro do contexto de negócios do Grupo Enel. Adicionalmente, o edital do leilão 002/2022 ainda previa que a Companhia poderia ser contratada durante o período de transição, por até 12 meses, para dar continuidade a prestação de serviço, tal serviço deveria ser remunerado mensalmente em R\$ 6.177, atualizado pelo IPCA até a data do pagamento, no entanto, não houve a referida contratação. O período de transição tinha por objetivo que o novo operador da concessão realizasse todos os trâmites necessários de transferências dos ativos,

1.1. Operação descontinuada

Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5, a Companhia optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023, até essa data a Companhia operou por designação.

De acordo com os termos constantes no edital a responsabilidade pelos ativos e serviço prestado é devida pelo vencedor do leilão, a partir da assinatura do contrato de concessão, dessa forma, todas as obrigações e encargos pela prestação do serviço público de transmissão passaram a ser exigidas após assinatura do contrato que ocorreu em 30 de março de 2023, dessa forma a Companhia reconheceu o correspondente efeito da baixa dos ativos vinculados à concessão das linhas de transmissão, na referida data, mediante o recebimento da indenização no montante de R\$ 870.624 pelo vencedor do leilão.

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações relacionadas à venda dos ativos de transmissão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i) No Balanço Patrimonial, os montantes foram reclassificados, impactando apenas os grupos de ativo circulante e não circulante, conforme demonstramos a seguir:
- Reclassificação do saldo de imobilizado vinculados à concessão para disponível para venda.
 - Reclassificação do saldo de intangível vinculados à concessão para disponível para venda.
 - Reclassificação do saldo em estoque (Outros créditos) vinculados à concessão para disponível para venda.

Os montantes reclassificados bem como a movimentação comparativa no balanço patrimonial estão detalhados no quadro abaixo:

	31.12.2022	Reclassificação de saldos por descontinuidade de operações	31.12.2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	15.453	-	15.453
Títulos e valores mobiliários	2.702	-	2.702
Concessionárias e permissionárias	34.997	-	34.997
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	75.356	-	75.356
Outros tributos compensáveis	4.076	-	4.076
Disponível para venda	-	878.934	878.934
Outros créditos	1.844	(1.465)	379
Total do ativo circulante	134.428	877.469	1.011.897
Ativo não circulante			
Depósitos vinculados	11	-	11
Outros tributos compensáveis	25.098	-	25.098
Investimentos	5.049	-	5.049
Imobilizado	825.226	(824.185)	1.041
Intangível	53.284	(53.284)	-
Total do ativo não circulante	908.668	(877.469)	31.199
Total do ativo	1.043.096	-	1.043.096

- ii) Na DRE, as reclassificações impactaram os seguintes grupos:

- Receita líquida, as receitas oriundas da operação de transmissão de energia estão classificadas na linha de Resultado Líquido proveniente de operações descontinuadas.
- Custo do serviço, os custos relacionados a operação de transmissão de energia estão classificados na linha de Resultado Líquido proveniente de operações descontinuadas.
- Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, as provisões de PECLD sobre o saldo de contas a receber oriundas da operação da concessão estão classificadas na linha de Resultado Líquido proveniente de operações descontinuadas.
- Receita financeira, os montantes de receitas financeiras oriundos exclusivamente da operação da concessão estão classificados na linha Resultado Líquido proveniente de operações descontinuadas.

O detalhamento do resultado líquido proveniente de operações descontinuadas está demonstrado no quadro abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		
Receita operacional bruta		
Disponibilização do sistema de transmissão	(379.975)	(335.753)
	(379.975)	(335.753)
Deduções da receita bruta		
Pis	5.921	5.077
Cofins	27.271	23.383
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.304	2.946
Reserva Global de Reversão - RGR	8.798	8.588
Taxa de fiscalização - TFSEE	1.398	1.206
Outros encargos	-	-
	46.692	41.200
Receita operacional líquida	(333.283)	(294.553)
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal e administradores	9.304	8.267
Serviço de terceiros	15.311	18.494
Materiais	1.116	1.372
Seguros	1.573	1.762
Arrendamento e aluguéis	215	137
Depreciação e amortização	81.231	56.154
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	(2.132)	(236)
Outras despesas operacionais	52	75
	106.670	86.025
Resultado operacional bruto	(226.613)	(208.528)
Prejuízo do exercício proveniente de operações em continuidade	(226.613)	(208.528)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	226.613	208.528
Lucro do exercício proveniente de operações descontinuadas	226.613	208.528

1.1

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita líquida:

	2022	2021
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		
Disponibilização da rede de transmissão (RAP)	341.423	303.366
Disponibilização da rede de transmissão (RAP) com partes relacionadas (nota 16)	35.675	32.387
Outras receitas	2.877	-
	379.975	335.753
Deduções da receita		
Cofins	(27.271)	(23.383)
Pis	(5.921)	(5.077)
Reserva global de reversão ("RGR")	(8.798)	(8.588)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(3.304)	(2.946)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(1.398)	(1.206)
	(46.692)	(41.200)
Total	333.283	294.553

Custo e despesas operacionais:

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	2022			2021			
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Total
Pessoal	(9.304)	-	-	(9.304)	(8.267)	-	(8.267)
Material	(1.116)	-	-	(1.116)	(1.372)	-	(1.372)
Serviços de terceiros	(15.311)	-	-	(15.311)	(18.494)	-	(18.494)
Depreciação e amortização	(81.231)	-	-	(81.231)	(56.154)	-	(56.154)
Aluguéis e arrendamentos	(215)	-	-	(215)	(137)	-	(137)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	2.132	-	2.132	-	236	236
Seguros	(1.573)	-	-	(1.573)	(1.762)	-	(1.762)
Outras receitas (despesas)	(72)	-	20	(52)	(75)	-	(75)
Total	(108.822)	2.132	20	(106.670)	(86.261)	236	(86.025)

iii) Na DFC, as atividades impactadas foram as seguintes:

- Atividades operacionais
- Atividades de investimentos

O detalhamento dos montantes que impactaram o DFC está demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Operações descontinuadas		
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.133)	(236)
Depreciação e amortização	82.367	56.154
Redução (aumento) dos ativos:		
Concessionárias e permissionárias	(5.668)	(3.726)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais descontinuadas	74.566	52.192
Atividades de investimentos:		
Adições para ativos contratuais e imobilizado	(22.440)	(11.599)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos descontinuadas	(22.441)	(11.599)
Variação no caixa líquido da Companhia das operações descontinuadas	52.125	40.593

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Receita Anual Permitida (RAP) - 2022

A Receita Anual Permitida (RAP) é a remuneração que as transmissoras recebem pela prestação o serviço público de transmissão aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro anos nos termos dos contratos de concessão.

As concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. Os valores são reajustados com base no IPCA anualmente, a fim de ajustar monetariamente os custos gerenciáveis relacionados ao processo de transmissão e remunerar as novas instalações por meio de uma resolução autorizativa.

A Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022, homologou a RAP correspondente ao período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, para Garabi 1 e Garabi 2 nos montantes de R\$ 179.464 e R\$ 216.414, respectivamente.

O percentual de reajuste da RAP em relação a receita vigente no ciclo 2022/2023 está demonstrado a seguir:

Linhas	Receita Anual	Percentual Reajuste
Garabi I	179.464	11,73%
Garabi II	216.414	11,73%

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida por meio de um contrato de concessão e feita por linhas e subestações que integram a rede básica, bem como por outras instalações reguladas ou não, suportadas, normalmente, por contratos bilaterais.

De acordo com as normas regulatórias, que definiram os requisitos para classificação de instalações de transmissão, ficou estabelecido que, integram a rede básica as linhas de transmissão, os barramentos, os transformadores de potência e os equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV integrantes do sistema interligado, com exceção das seguintes instalações e equipamentos:

- i. Instalações de transmissão, incluindo as linhas de transmissão, transformadores de potência e suas conexões, quando destinadas ao uso exclusivo de centrais geradoras ou de consumidores, em caráter individual ou compartilhado;
- ii. Instalações de transmissão de interligações internacionais e suas conexões, autorizadas para fins de importação ou exportação de energia elétrica; e
- iii. Transformadores de potência com tensão secundária inferior a 230 kV, inclusive a conexão.

Estabeleceu, ainda, que todas as instalações já classificadas anteriormente como integrantes da Rede Básica e que se enquadrem nas exceções listadas deverão ser reclassificadas, a partir de 1º de janeiro de 2003, como instalações de uso exclusivo dos respectivos usuários, em caráter individual ou compartilhado.

As Outorgadas deverão manter controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão (que não sejam integrantes da rede básica).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Para melhor entendimento, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na nota explicativa nº 21.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações contábeis são convertidas para o Real na data do fechamento.

4. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 1º de março de 2023, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1. Imobilizado

4.1.1. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição, acrescidos do valor de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.1.2. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do cálculo do preço teto da Receita Anual Permitida (RAP) nas concessões de transmissão de energia elétrica.

4.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL n°674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

4.3. Reserva de reavaliação

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL, Resolução Normativa no 396, de 23 de fevereiro de 2010, para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

Com base na segunda revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL n° 199/22, a Companhia registrou em 2022 o montante de R\$ 80.767 referente a reavaliação regulatória.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

4.4. Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de transmissão é reconhecida com base em Resolução Homologatória emitido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

4.5. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

a) Classificação – Ativos e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 – Instrumentos financeiros e seus ativos e passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), conforme apropriado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.6. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

4.7. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	950	1.416
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	5.788	-
Operações compromissadas	8.715	29.040
Total	15.453	30.456

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e com risco insignificante de perda de valor. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos não exclusivos	2.563	2.303
Fundos de investimentos exclusivos	139	149
Operações compromissadas	1	-
Títulos públicos	137	149
LF - Letra Financeira	1	-
Total	2.702	2.452

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

7. Concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de revendedores e outros (correntes), conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico, é como segue:

	A vencer	Vencidos		PECLD	Total	
		até 90 dias	mais de 90 dias		31.12.2022	31.12.2021
Concessionárias e permissionárias	30.057	110	3.290	(936)	32.521	24.177
Contas a receber - partes relacionadas	2.476	-	-		2.476	3.019
Total	32.533	110	3.290	(936)	34.997	27.196

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	Adição	Reversão	Baixa de incobráveis	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação de	(3.366)	(221)	2.354	297	(936)
Total	(3.366)	(221)	2.354	297	(936)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2020	Reversão	Baixa de incobráveis	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(3.829)	234	229	(3.366)
Total	(3.829)	234	229	(3.366)

8. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

O saldo de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 75.356 (R\$ 82.132 em 31 de dezembro de 2021). O saldo refere-se principalmente a valores pagos a maior referente a apuração de IRPJ e CSLL.

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	74.381	77.228
Contribuição social	257	4.530
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	718	374
Total	75.356	82.132

O saldo de outros tributos compensáveis é como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS	749	-	620	-
PIS e COFINS	3.327	25.098	2.387	25.098
Total	4.076	25.098	3.007	25.098

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31.12.2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (B)	Reavaliação	Valor bruto em 31.12.2022	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acumulada	Depreciação reavaliação	Valor líquido em 31.12.2022	Reclassificação para disponível para venda	Total em 31.12.2022
Imobilizado em serviço												
Transmissão												
Terrenos	3.383	-	-	-	842	4.225	-	-	-	4.225	(4.225)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	107.355	-	-	479	25.794	133.628	479	(78.450)	(21.007)	34.171	(34.171)	-
Máquinas e equipamentos	2.892.195	-	(163)	16.945	697.135	3.606.112	16.782	(2.243.095)	(589.223)	773.794	(773.794)	-
Veículos	6.238	-	-	129	1.221	7.588	129	(5.925)	(1.240)	423	(423)	-
Móveis e utensílios	4.770	-	-	131	289	5.190	131	(1.679)	(144)	3.367	(3.367)	-
	3.013.941	-	(163)	17.684	725.281	3.756.743	17.521	(2.329.149)	(611.614)	815.980	(815.980)	-
Administração												
Máquinas e equipamentos	872	-	-	115	63	1.050	115	(546)	(164)	340	(340)	-
Veículos	394	-	-	-	87	481	-	(298)	(71)	112	(112)	-
Móveis e utensílios	5	-	-	-	-	5	-	(1)	-	4	(4)	-
	1.271	-	-	115	150	1.536	115	(845)	(235)	456	(456)	-
Total em serviço	3.015.212	-	(163)	17.799	725.431	3.758.279	17.636	(2.329.994)	(611.849)	816.436	(816.436)	-
Imobilizado em curso												
Transmissão												
Máquinas e equipamentos	5.499	18.345	-	(16.947)	-	6.897	1.398	-	-	6.897	(6.897)	-
Outros	167	881	-	(739)	-	309	142	-	-	309	(309)	-
	5.666	19.226	-	(17.686)	-	7.206	1.540	-	-	7.206	(7.206)	-
Administração												
Máquinas e equipamentos	126	-	-	(113)	-	13	(113)	-	-	13	(13)	-
Outros	-	530	-	-	-	530	530	-	-	530	(530)	-
	126	530	-	(113)	-	543	417	-	-	543	(543)	-
Total em curso	5.792	19.756	-	(17.799)	-	7.749	1.957	-	-	7.749	(7.749)	-
Direito de uso												
Imobilizado de arrendamento	-	2.012	-	-	-	2.012	2.012	(971)	-	1.041	-	1.041
Total direito de uso	-	2.012	-	-	-	2.012	2.012	(971)	-	1.041	-	1.041
Total do imobilizado	3.021.004	21.768	(163)	-	725.431	3.768.040	21.605	(2.330.965)	(611.849)	825.226	(824.185)	1.041

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor bruto em Valor 2020	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 31.12.2021	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2021
Imobilizado em serviço							
Transmissão							
Terrenos	3.383	-	-	3.383	-	-	3.383
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	107.355	-	-	107.355	-	(75.617)	31.738
Máquinas e equipamentos	2.886.681	-	5.514	2.892.195	5.514	(2.165.804)	726.391
Veículos	6.238	-	-	6.238	-	(5.728)	510
Móveis e utensílios	4.770	-	-	4.770	-	(1.397)	3.373
	3.008.427	-	5.514	3.013.941	5.514	(2.248.546)	765.395
Administração							
Máquinas e equipamentos	872	-	-	872	-	(419)	453
Veículos	394	-	-	394	-	(278)	116
Móveis e utensílios	5	-	-	5	-	-	5
	1.271	-	-	1.271	-	(697)	574
Total em serviço	3.009.698	-	5.514	3.015.212	5.514	(2.249.243)	765.969
Imobilizado em curso							
Transmissão							
Máquinas e equipamentos	493	10.524	(5.518)	5.499	5.006	-	5.499
Outros	90	73	4	167	77	-	167
	583	10.597	(5.514)	5.666	5.083	-	5.666
Administração							
Máquinas e equipamentos	123	3	-	126	3	-	126
	123	3	-	126	3	-	126
Total em curso	706	10.600	(5.514)	5.792	5.086	-	5.792
Total do imobilizado	3.010.404	10.600	-	3.021.004	10.600	(2.249.243)	771.761

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	479	6	-	-	485
Máquinas e Equipamentos	17.273	-	858	214	18.345
Móveis e Utensílios	131	-	136	-	267
Compras em Andamento	-	530	-	-	530
Arrendamento	-	-	-	2.012	2.012
Veículos	-	-	-	129	129
Total	17.883	536	994	2.355	21.768

As principais taxas anuais de depreciação (%) por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<u>Transmissão</u>	
Condutor	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura (Poste, Torre)	2,70%
Religadores	4,00%
<u>Administração central</u>	
Equipamento Geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados ao serviço concedido de transmissão de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição	em R\$ mil
Tiristor Hvdc B Valv Tirist Hvdc 1Jnl 1	5.449
Tiristor Hvdc B Valvtirist Hvdc 1Jnl 1	5.030
Kit Manutenção Preventiva Disjuntores	4.327
Tc Santo Ângelo	4.006
Mapeamento E Digitalização Lts	1.125
Placas Sistema Proteção E Controle	863
Cpc100	716
Upgrade Sistema Detecção Água Óleo	479
Mala Omicron Cmc 356	399
Tanques Aéreos Horizontais Com Bacia	342

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	Valor bruto em 31.12.2021	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação	Valor bruto em 31.12.2022	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização acumulada	Reavaliação amortização	Valor líquido em 31.12.2022	Reclassificação para disponível para venda	Total em 31.12.2022	Valor líquido em 31.12.2021
Imobilizado em serviço												
Transmissão												
Serviços	7.174	-	-	1.723	8.897	-	(44)	-	8.853	(8.853)	-	7.130
Softwares	1.671	-	35	262	1.968	35	(1.448)	(278)	242	(242)	-	361
Outros	28.359	-	-	7.046	35.405	-	-	-	35.405	(35.405)	-	28.359
	37.204	-	35	9.031	46.270	35	(1.492)	(278)	44.500	(44.500)	-	35.850
Administração												
Softwares	3.789	-	-	411	4.200	-	(2.846)	(369)	985	(985)	-	1.447
	3.789	-	-	411	4.200	-	(2.846)	(369)	985	(985)	-	1.447
Total em serviço	40.993	-	35	9.442	50.470	35	(4.338)	(647)	45.485	(45.485)	-	37.297
Imobilizado em curso												
Transmissão												
Softwares	5.724	2.110	(35)	-	7.799	2.075	-	-	7.799	(7.799)	-	5.724
	5.724	2.110	(35)	-	7.799	2.075	-	-	7.799	(7.799)	-	5.724
Administração												
Total em curso	5.724	2.110	(35)	-	7.799	2.075	-	-	7.799	(7.799)	-	5.724
Total do intangível	46.717	2.110	-	9.442	58.269	2.110	(4.338)	(647)	53.284	(53.284)	-	43.021

A principal taxa anual de amortização que reflete a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL n° 674/2015, é a seguinte:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Software	20,00%

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	9.771	10.289
Materiais e serviços - partes relacionadas	11.180	8.701
Total	20.951	18.990

12. Obrigações fiscais

A composição das obrigações fiscais está demonstrada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda	5.975	-
Contribuição social	2.172	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	-
Total	8.147	-

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações fiscais federais		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.524	2.158
Programa de integração social - PIS	546	466
INSS s/ terceiros	36	54
Outros tributos e contribuições	20	14
	3.126	2.692
Obrigações fiscais estaduais		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	394	44
	394	44
Obrigações fiscais municipais		
Imposto sobre serviços - ISS	483	377
Outros tributos e contribuições	302	355
	785	732
Total	4.305	3.468

13. Encargos setoriais

Os encargos setoriais estão estabelecidos por leis, aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL, e cada um das taxas possui objetivos predefinidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2022	31.12.2021
Pesquisa e desenvolvimento ("P&D")	5.332	4.221
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	111	111
Outros	1.218	608
Total	6.661	4.940

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2021	Adição	Reversão	Atualização monetária	31.12.2022
Trabalhistas	278	-	(1)	22	299
Cíveis	511	1	(581)	72	3
Fiscais	348	208	-	17	573
Total	1.137	209	(582)	111	875

	31.12.2020	Adição	Atualização monetária	Reclassificação	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas	2	206	77	-	(7)	278
Cíveis	467	7	44	-	(7)	511
Fiscais	1.562	-	17	(7)	(1.224)	348
Total	2.031	213	138	(7)	(1.238)	1.137

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Houve incremento na provisão trabalhista em razão de decisão em processo envolvendo verbas salariais diversas, a qual é objeto de recurso, com chances de mudanças em instâncias superiores.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas (a)	1.019	1.771
Cíveis (b)	658.316	601.438
Fiscais (c)	63.932	61.537
Total	723.267	664.746

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Houve incremento na provisão trabalhista em razão de decisão em processo envolvendo verbas salariais diversas, a qual é objeto de recurso, com chances de mudanças em instâncias superiores.

b) Cíveis

O principal processo refere-se a:

Tractebel x CIEN: A empresa Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela CIEN do contrato de compra e venda de 330MW de potência firme e energia associada proveniente da Argentina, firmado em 20 de outubro de 1999. Dessa forma, a Tractebel requereu a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de “potência firme e energia associada. O processo foi retomado e iniciada a fase de instrução com a realização de perícia que ainda não se concluiu.

A probabilidade de perda do caso está baseada no fato de Tractebel ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005 e os seus consequentes eventos. A Companhia entende que neste caso pode ser aplicado a força maior impedindo do cumprimento do contrato existente à época. A multa rescisória corresponde a R\$ 658.316, podendo ainda outros valores serem adicionados, referentes a outras penalidades contratuais.

c) Fiscais

Os principais processos estão listados como segue:

Requerente	Objeto	Valor Total	Decisão preliminar	Status
Fazenda Nacional	A receita federal está cobrando débitos de PIS e COFINS. A Companhia argumenta que tais débitos já encontram-se decaídos.	7.812	Decisão de segunda Instância desfavorável, mantendo os débitos. A Companhia apresentou recurso especial que foi inadmitido.	A Companhia apresentou recurso (Agravos) que aguarda julgamento.
Receita Federal	A companhia questiona valor remanescente de multa aplicada em auto de infração cujo o principal já foi pago.	13.367	Decisão de primeira instância administrativa desfavorável à Companhia	Aguardando julgamento do recurso à segunda instância administrativa apresentado pela Companhia.
Estado do Rio Grande do Sul	Execução Fiscal apresentada pelo Estado do Rio Grande do Sul para cobrança de diferencial de alíquota de ICMS incidente nas importações de equipamentos feitas através do Estado do Rio de Janeiro e transferidas ao Estado do Rio Grande do Sul, destinadas ao ativo fixo da companhia.	20.824	Decisão desfavorável em Agravo em Recurso Especial	Retorno dos autos à origem
Fazenda Nacional	Execução Fiscal objetivando a cobrança de créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS objeto de compensações não homologadas pela RFB, sob o argumento de inexistência dos indébitos tributários utilizados nas compensações, decorrentes de pagamentos a maior de PIS e COFINS nos meses de fevereiro, março, julho e agosto de 2004, bem como janeiro a abril, junho e setembro de 2005.	21.929	Defesa apresentada em primeira instância judicial.	Decisão de primeira instância judicial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado, está representado, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	285.044.682	100,00%	285.044.682	100,00%
Total	285.044.682	100,00%	285.044.682	100,00%

15.2. Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente. A Companhia deixou de constituir reserva legal por já ter atingido o limite de 20% do capital social.

15.3. Reserva de reavaliação

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição ("VNR") do ativo imobilizado e intangível em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, oriundo da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em consonância com a última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 80.767 como Reserva de Reavaliação com base na segunda revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL nº 199/22, totalizando R\$ 405.362 de reserva constituída.

A realização é feita proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

15.4. Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, após as deduções legais.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios, com base no resultado do societário, está demonstrada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	176.980	150.226
Lucro ajustado	176.980	150.226
Dividendo mínimo obrigatório	12.541	30.757
Juros sobre capital próprio	-	8.000
Dividendos intercalares	31.704	-
Dividendo adicional proposto	95.569	111.469
Reserva para reforço de capital de giro	37.166	-
	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 20 de dezembro de 2022, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$ 31.704, cujo pagamento ocorreu em 26 de dezembro de 2022

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de R\$ 95.569 será submetida a deliberação em Assembleia Geral Ordinária, dessa forma, a Companhia somente reconhecerá a obrigação de dividendo a pagar no passivo, após a referida deliberação.

16. Resultado financeiro

	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicação financeira	3.781	1.935
Variação cambial	54	-
Variação cambial realizada	90	-
Atualização de créditos tributários	8.384	3.917
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	340	306
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(586)	(303)
	12.063	5.855
<u>Despesas financeiras</u>		
Variação cambial	(110)	(258)
Variação cambial realizada	(86)	(59)
Atualização de impostos e multas	(132)	(116)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(110)	(138)
Garantias e fianças	(209)	(348)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(73)	(6)
Juros em arrendamento	(140)	-
Outras despesas financeiras	(358)	(286)
	(1.218)	(1.211)
Total	10.845	4.644

17. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Segue abaixo a conciliação das taxas efetivas e nominais:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(65.487)	(23.595)	(46.924)	(16.901)
Diferidos	8.826	3.178	(2.300)	(835)
	(56.661)	(20.417)	(49.224)	(17.736)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	221.642	221.642	199.068	199.068
Adições:				
Permanentes - Despesas indedutíveis e multas	283	283	1.724	1.724
Equivalência Patrimonial	4.934	4.934	4.220	4.220
Juros sobre o capital próprio	-	-	(8.000)	(8.000)
	5.217	5.217	(2.056)	(2.056)
Base de cálculo	226.859	226.859	197.012	197.012
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(56.691)	(20.417)	(49.229)	(17.731)
Complemento de variação cambial não realizada	30	-	-	-
Total	(56.661)	(20.417)	(49.229)	(17.731)
Alíquota efetiva	25,56%	9,21%	24,73%	8,91%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Tributos diferidos ativos:				
Provisão para ações judiciais e regulatórias	297	386	(89)	(355)
Tributo sobre reavaliação compulsória	(182.024)	(167.032)	26.615	-
Derivativos	-	9.118	(9.118)	9.118
Variação cambial não realizadas	27.739	31.013	(3.274)	(3.341)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	319	1.145	(826)	(159)
Arrendamento - CPC -6(R2)	55	-	55	-
Outras provisões	5.381	6.728	(1.359)	(8.398)
Total	(148.233)	(118.642)	12.004	(3.135)

18. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

18.1. Controladora (Enel Brasil)

	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns	Fevereiro de 2024	(8.330)	(1.445)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2022 a dezembro de 2023	(12.541)	(71.756)	-	-
Total		(20.871)	(73.201)	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2. Empresas em controle comum

	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Transporte de energia					
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Até o final da concessão	54	260	680	2.418
Enel Green Power Volta Grande	Até o final da concessão	47	51	584	508
AMPLA energia e serviços S. A.	Até o final da concessão	413	432	5.037	5.026
CELG Distribuição S.A	Até o final da concessão	-	406	5.165	4.506
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Até o final da concessão	-	27	209	274
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Até o final da concessão	316	279	4.088	3.547
Enel Distribuição São Paulo	Até o final da concessão	1.482	1.301	17.698	14.431
Enel Green Power Sao Goncalo 4 S.A.	Até o final da concessão	3	3	38	33
Enel Green Power Sao Goncalo 2 S.A.	Até o final da concessão	3	3	38	33
Enel Green Power Sao Goncalo 22 S.A.	Até o final da concessão	3	3	38	33
Enel Green Power Sao Goncalo 5 S.A.	Até o final da concessão	3	3	38	33
Enel Green Power Sao Goncalo 1 S.A.	Até o final da concessão	3	3	35	30
Enel Green Power Sao Goncalo 21 S.A.	Até o final da concessão	3	7	38	33
Enel Green Power Sao Goncalo 10 S.A.	Até o final da concessão	3	3	38	33
Enel Green Power Sao Goncalo 3 S.A.	Até o final da concessão	4	4	35	30
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 4 S.A.	Até o final da concessão	1	2	20	22
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 19 S.A.	Até o final da concessão	2	2	25	20
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 13	Até o final da concessão	2	5	30	10
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 5 S.A.	Até o final da concessão	-	2	15	22
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 8 S.A.	Até o final da concessão	3	5	14	23
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 3 S.A.	Até o final da concessão	1	2	20	23
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 11 S.A.	Até o final da concessão	3	5	27	32
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 7 S.A.	Até o final da concessão	3	3	11	18
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 6 S.A.	Até o final da concessão	-	2	14	22
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 15 S.A.	Até o final da concessão	2	5	22	31
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 14 S.A.	Até o final da concessão	3	5	26	31
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 9 S.A.	Até o final da concessão	3	5	27	31
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 17 S.A.	Até o final da concessão	3	7	39	29
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 21 S.A.	Até o final da concessão	3	3	22	19
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 1 S.A.	Até o final da concessão	1	2	20	23
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 2 S.A	Até o final da concessão	1	2	20	24
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 10 S.A.	Até o final da concessão	3	5	25	29
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 20 S.A.	Até o final da concessão	3	3	25	21
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.	Até o final da concessão	4	8	24	22
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 15 S./	Até o final da concessão	3	4	41	18
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 17 S./	Até o final da concessão	3	3	37	17
Enel Green Power Sao Goncalo 6 S.A.	Até o final da concessão	2	4	32	28
Enel Green Power Cumaru 01 S.A.	Até o final da concessão	2	2	27	16
Enel Green Power Cumaru 02 S.A.	Até o final da concessão	2	5	27	16
Enel Green Power Cumaru 03 S.A.	Até o final da concessão	2	5	27	14
Enel Green Power Cumaru 04 S.A.	Até o final da concessão	2	2	27	16
Enel Green Power Cumaru 05 S.A.	Até o final da concessão	2	2	25	13
Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A.	Até o final da concessão	1	4	18	21
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.	Até o final da concessão	-	2	17	21
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A.	Até o final da concessão	-	2	15	21
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.	Até o final da concessão	-	4	14	21
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 08 S./	Até o final da concessão	1	3	17	8
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 16 S./	Até o final da concessão	2	4	27	14
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 21 S./	Até o final da concessão	2	3	29	15
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 22 S./	Até o final da concessão	2	4	29	13
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 25 S./	Até o final da concessão	1	3	17	7
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 26 S./	Até o final da concessão	2	5	29	13
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 12	Até o final da concessão	1	1	20	17
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 13 S./	Até o final da concessão	1	1	19	16
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 16 S./	Até o final da concessão	1	1	21	15
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 18 S./	Até o final da concessão	1	1	21	17
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	Até o final da concessão	2	2	29	18
Enel Green Power São Gonçalo 15 S.A.	Até o final da concessão	2	4	29	19
Enel Green Power São Gonçalo 19 S.A.	Até o final da concessão	2	4	29	23
Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.	Até o final da concessão	2	2	29	25
Enel Green Power São Gonçalo 17 S.A.	Até o final da concessão	2	2	29	21
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.	Até o final da concessão	2	4	34	11
Enel Green Power Fontes Dos Ventos 3 S.A.	Até o final da concessão	2	4	33	12
Enel Green Power Cristal Eolica S.A	Até o final da concessão	2	1	15	11

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Transporte de energia (continuação)					
Enel Green Power Sao Judas Eolica S.A	Até o final da concessão	1	1	15	11
Enel Green Power Primavera Eolica S.A	Até o final da concessão	2	2	15	11
Enel Green Power Emiliana Eolica S.A	Até o final da concessão	1	1	17	14
Enel Green Power Joana Eolica S.A	Até o final da concessão	1	4	17	14
Enel Green Power Pau Ferro Eolica S.A	Até o final da concessão	1	1	15	13
Enel Green Power Pedra Do Geronimo Eolica S.A	Até o final da concessão	2	2	15	13
Enel Green Power Tacaico Eolica S.A	Até o final da concessão	1	1	9	8
Enel Green Power Modelo I Eolica S.A.	Até o final da concessão	2	2	19	17
Enel Green Power Modelo II Eolica S.A.	Até o final da concessão	1	1	17	15
Enel Green Power Dois Riachos Eolica S.A.	Até o final da concessão	2	2	31	27
Enel Green Power Damascena Eolica S.A.	Até o final da concessão	2	2	27	24
Enel Green Power Esperanca Eolica S.A.	Até o final da concessão	2	2	25	22
Enel Green Power Manicoba Eolica S.A.	Até o final da concessão	2	3	27	24
Enel Solucoes Energeticas Ltda	Até o final da concessão	-	-	2	2
Enel Green Power Delfina A Eolica S.A.	Até o final da concessão	4	4	47	41
Enel Green Power Delfina B Eolica S.A.	Até o final da concessão	1	1	16	14
Enel Green Power Delfina C Eolica S.A.	Até o final da concessão	-	-	5	4
Enel Green Power Delfina D Eolica S.A.	Até o final da concessão	1	1	18	15
Enel Green Power Delfina E Eolica S.A.	Até o final da concessão	1	1	18	15
Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A	Até o final da concessão	1	1	12	13
Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.	Até o final da concessão	2	2	19	20
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.	Até o final da concessão	1	1	13	13
Enel Green Power Boa Vista Eolica S.A	Até o final da concessão	1	2	18	16
Enel Green Power Morro Do Chapeu I Eolica S.A.	Até o final da concessão	3	3	33	29
Enel Green Power Morro Do Chapeu II Eolica S.A.	Até o final da concessão	2	2	32	28
Enel Green Power Sao Abraao Eolica S.A.	Até o final da concessão	1	1	17	14
Enel Green Power Ventos de São Roque 01 S.A.	Até o final da concessão	2	-	25	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 02 S.A.	Até o final da concessão	2	-	24	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 04 S.A.	Até o final da concessão	5	-	23	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 08 S.A.	Até o final da concessão	2	-	25	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 11 S.A.	Até o final da concessão	5	-	24	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 16 S.A.	Até o final da concessão	5	-	24	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A.	Até o final da concessão	5	-	23	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A.	Até o final da concessão	5	-	22	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.	Até o final da concessão	3	3	38	33
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura					
AMPLA energia e serviços S. A.		(79)	(79)	-	-
CELG Distribuição S.A		-	(311)	-	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.		-	(47)	-	-
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Fevereiro de 2024	(819)	(819)	-	-
Enel Distribuição São Paulo		(1.044)	(1.044)	-	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.		29	-	-	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho					
Enel Distribuição São Paulo	Março de 2020 a março de 2025	(22)	(22)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura					
Enel Distribuição São Paulo	Fevereiro de 2024	(263)	(204)	-	-
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle					
Enel Iberoamericana		(282)	(315)	-	-
Enel Itália	Até o final da concessão	-	(3.944)	-	-
Total		19	(3.793)	35.675	32.387

(a) Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

(b) Transporte de energia

O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Companhia e as demais empresas, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Remuneração da Administração

A Companhia não teve gastos com remuneração do Conselho de Administração e dos administradores em 31 de dezembro de 2022 e 2021, dado que a mesma não possui mais diretores estatutários desde março de 2020.

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

19.1. Instrumentos financeiros

19.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível (*)	31.12.2022		31.12.2021		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	15.453	15.453	30.456	30.456
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	2.702	2.702	2.452	2.452
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	11	11	11	11
			18.166	18.166	32.919	32.919
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	20.951	20.951	18.990	18.990
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	12.541	12.541	71.757	71.757
			33.492	33.492	90.747	90.747
Total			51.658	51.658	123.666	123.666

* Conforme detalhado na nota explicativa 19.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.1.2. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

19.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	(15.453)	(30.456)
Títulos e valores mobiliários	(2.702)	(2.452)
Dívida líquida	(18.155)	(32.908)
Patrimônio líquido	479.121	457.500
Índice de endividamento líquido	-4%	-8%

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas ao pagamento de fornecedores no mercado.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos com partes relacionadas indexados a estas moedas.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

20. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	3.203.842	5.188.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	N/A	104.946
Responsabilidade civil de administradores	11/10/22	11/10/23	N/A	77.818
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	N/A	103.723

21. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício societária e regulatória

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as informações regulatórias:

Notas	31.12.2022			31.12.2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo circulante						
	15.453	-	15.453	30.456	-	30.456
	2.702	-	2.702	2.452	-	2.452
21.1	34.997	-	34.997	29.550	(2.354)	27.196
	75.356	-	75.356	82.132	-	82.132
	4.076	-	4.076	3.007	-	3.007
21.2	343.573	535.361	878.934	-	-	-
	379	-	379	6.834	-	6.834
Total do ativo circulante	476.536	535.361	1.011.897	154.431	(2.354)	152.077
Ativo não circulante						
	11	-	11	11	-	11
	25.098	-	25.098	25.098	-	25.098
21.3	33.791	(33.791)	-	38.485	(38.485)	-
	5.049	-	5.049	9.630	-	9.630
21.2	1.041	-	1.041	334.525	437.236	771.761
21.2	-	-	-	16.256	26.765	43.021
Total do ativo não circulante	64.990	(33.791)	31.199	424.005	425.516	849.521
Total do ativo	541.526	501.570	1.043.096	578.436	423.162	1.001.598

Notas	31.12.2022			31.12.2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Passivo circulante						
	20.951	-	20.951	18.990	-	18.990
	186	-	186	324	(324)	-
	2.663	-	2.663	2.656	-	2.656
	8.147	-	8.147	-	-	-
	4.305	-	4.305	3.468	-	3.468
	6.661	-	6.661	4.940	-	4.940
	12.541	-	12.541	71.757	-	71.757
	5.158	-	5.158	17.469	-	17.469
Total do passivo circulante	60.612	-	60.612	119.604	(324)	119.280
Passivo não circulante						
	892	-	892	169	(169)	-
21.3	-	148.233	148.233	-	118.642	118.642
	875	-	875	1.137	-	1.137
	26	-	26	26	-	26
Total do passivo não circulante	1.793	148.233	150.026	1.332	118.473	119.805
Patrimônio líquido						
22	285.045	-	285.045	285.045	-	285.045
	57.011	-	57.011	57.011	-	57.011
	38.717	(1.551)	37.166	1.551	(1.551)	-
	2.779	-	2.779	2.424	-	2.424
	-	405.362	405.362	-	324.595	324.595
	95.569	-	95.569	111.469	-	111.469
	-	(50.474)	(50.474)	-	(18.031)	(18.031)
Total do patrimônio líquido	479.121	353.337	832.458	457.500	305.013	762.513
Total do passivo e do patrimônio líquido	541.526	501.570	1.043.096	578.436	423.162	1.001.598

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	2022			2021		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita operacional bruta						
Disponibilização do sistema de transmissão	379.975	-	379.975	335.753	-	335.753
	379.975	-	379.975	335.753	-	335.753
Deduções da receita bruta						
Pis	(5.921)	-	(5.921)	(5.077)	-	(5.077)
Cofins	(27.271)	-	(27.271)	(23.383)	-	(23.383)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.304)	-	(3.304)	(2.946)	-	(2.946)
Reserva Global de Reversão - RGR	(8.798)	-	(8.798)	(8.588)	-	(8.588)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(1.398)	-	(1.398)	(1.206)	-	(1.206)
	(46.692)	-	(46.692)	(41.200)	-	(41.200)
Receita operacional líquida	333.283	-	333.283	294.553	-	294.553
Custos e despesas						
Pessoal e administradores	(14.687)	-	(14.687)	(13.235)	-	(13.235)
Serviço de terceiros	(17.548)	-	(17.548)	(19.881)	-	(19.881)
Materiais	(1.148)	-	(1.148)	(1.398)	-	(1.398)
Seguros	(1.573)	-	(1.573)	(1.762)	-	(1.762)
Arrendamento e aluguéis	9	-	9	(22)	(282)	(304)
Depreciação e amortização	(30.146)	(51.468)	(81.614)	(29.515)	(26.639)	(56.154)
Provisão/reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	372	-	372	(213)	-	(213)
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	(221)	2.353	2.132	236	-	236
Outras despesas operacionais	(3.495)	-	(3.495)	(3.198)	-	(3.198)
	(68.437)	(49.115)	(117.552)	(68.988)	(26.921)	(95.909)
Resultado do serviço público de energia elétrica	264.846	(49.115)	215.731	225.565	(26.921)	198.644
Resultado de equivalência patrimonial	(4.934)	-	(4.934)	(4.220)	-	(4.220)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	12.063	-	12.063	6.212	(357)	5.855
Despesas financeiras	(1.218)	-	(1.218)	(1.222)	11	(1.211)
Total do resultado financeiro	10.845	-	10.845	4.990	(346)	4.644
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	270.757	(49.115)	221.642	226.335	(27.267)	199.068
Imposto de renda e contribuição social correntes	(89.082)	-	(89.082)	(63.825)	-	(63.825)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.695)	16.699	12.004	(12.284)	9.149	(3.135)
	(93.777)	16.699	(77.078)	(76.109)	9.149	(66.960)
Lucro líquido do exercício	176.980	(32.416)	144.564	150.226	(18.118)	132.108

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

21.1. CPC 48 - Instrumentos Financeiros (“CPC 48”)

O CPC 48 propõe um modelo prospectivo de perdas esperadas, que substitui o modelo atual de perdas incorridas do CPC 38, em que a Companhia deve registrar contabilmente a expectativa de perda em créditos, e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, refletindo as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais, tais como ações).

O montante de R\$ 2.354 é referente ao ajuste dos saldos regulatórios e societários de PECLD, dessa forma não há mais diferenças entre os saldos constituídos de PECLD.

21.2. Imobilizado e intangível (reavaliação compulsória)

Os ajustes são decorrentes dos montantes realizados pela depreciação do ativo imobilizado, pela amortização do ativo intangível e pelas baixas de ativos que possuem Valor Novo de Reposição (“VNR”). O VNR é o valor atribuído na reavaliação do ativo pela ANEEL. Os ativos que já foram reavaliados quando movimentados financeiramente pela depreciação, amortização e/ou baixa, dão origem a montantes que apenas devem refletir na contabilidade regulatória, por regulamentação decorrente da Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da lei 11.638/2007. Dessa forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.3. Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes da incidência de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças das práticas na contabilidade societária e regulatória quanto ao reconhecimento (i) da reserva de reavaliação regulatória compulsória; (ii) das diferenças nas bases de depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível; (iii) da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, decorrentes da adoção do CPC 48, o qual não foi adotado pela contabilidade regulatória, e (iv) dos efeitos da adoção do CPC 06 (R2) com as operações de arrendamento mercantil, e que não foi adotado pela contabilidade regulatória.

22. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2022	2021
Patrimônio líquido societário	479.121	457.500
Reavaliação regulatória compulsória	535.361	464.629
Tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação regulatória	(182.024)	(158.507)
Perda esperada créditos de liquidação duvidosa (CPC 48)	-	(2.350)
Tributos diferidos sobre Perda esperada créditos de liquidação duvidosa	-	799
CPC 06 (R2) – Operações de arrendamentos	-	(540)
CPC42/IAS29-Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	-	982
Total	832.458	762.513

23. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2022	2021
Lucro líquido societário	176.980	150.226
Depreciação sobre a reavaliação regulatória compulsória	(51.468)	(26.639)
Diferido sobre a reavaliação regulatória compulsória	16.699	9.149
CPC 06 (R2) – Operações de arrendamentos	-	(628)
Perda esperada créditos de liquidação duvidosa (CPC 48)	2.353	-
Total	144.564	132.108

24. Eventos subsequentes

24.1. Decisão STF – Coisa Julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

24.2. Indenização – Venda de ativos

Conforme nota explicativa 1.1, a Companhia recebeu o montante de R\$ 870.624 em 30 de março de 2023, a título de indenização pela venda de ativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2022

Os Diretores da Enel CIEN S.A. (“Companhia”), com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro - RJ, 20 de abril de 2023

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Rosario Zaccaria	Diretor-Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle



TERMO DE RESPONSABILIDADE Demonstração Contábil Regulatória - DCR

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos.

Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023.

Outorgada: Companhia de Interconexão Energética S.A - CIEN

Approvato da Rosario Zaccaria
il 20/04/2023 alle 20:18:30
CEST

Aprovado por MARA AYESHA LOPEZ
BERRIOS
em 20/04/2023 às 14:55:20 BRT

Rosario Zaccaria
Diretor-Presidente

Mara Ayesha Lopez Berrios
Responsável da Administração

Aprovado por RAFFAELE ENRICO
GRANDI
em 20/04/2023 às 20:55:44 CEST

Aprovado por ALAN DOS REIS
SANTOS
em 20/04/2023 às 14:51:36 BRT

Raffaele Enrico Grandi
Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle

Alan dos Reis Santos
Contador 1SP244288/O-2

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:(...)
X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:(...)
X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.